

O PAPEL EPISTEMOLÓGICO DO PROFESSOR NO ENSINO- APRENDIZAGEM: UMA CONTRIBUIÇÃO A PARTIR DE ARENDT

THE EPISTEMOLOGICAL ROLE OF THE TEACHER IN TEACHING- LEARNING: A CONTRIBUTION FROM ARENDT

Ana Carolina Turquino Turatto¹
<https://orcid.org/0000-0003-0031-8433>

Resumo: Este texto apresenta como tema o papel epistemológico do professor no ensino-aprendizagem a partir do pensamento arendtiano, cuja pergunta norteadora é: qual o papel epistemológico do professor no ensino-aprendizagem? Essa pergunta se dá no contexto pandêmico que impactou e alterou os modos com que os professores passaram a ensinar, de maneira geral, sem o contato presencial. A pergunta é feita com o objetivo de refletir sobre qual o significado do professor no ensino-aprendizagem. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, calcada no pensamento de Hannah Arendt, em especial, a partir do texto *A crise na Educação*. Na construção do trabalho, apresentou-se em quais termos o vocábulo “epistemológico” é empregado, para, em seguida, passar à discussão da crise na educação conforme apresentada por Arendt, da importância da autoridade e da tradição para a transição para a vida adulta e participação da esfera pública. Desse modo, a função epistemológica do professor é de amparar os recém-chegados e ligar o passado ao futuro, possibilitando o milagre do novo, sem ditar o como agir no mundo.

Palavras-chave: Recém-chegados. Crise na educação. Autoridade. Tradição.

Abstract: The theme of this text is the epistemological role of the teacher in teaching-learning based on arendtian thought, whose guiding question is: what is the epistemological role of the teacher in teaching-learning? This question arises in the pandemic context that impacted and changed the ways in which teachers began to teach, in general, without face-to-face contact. The question is asked to reflect on what the teacher’s meaning in teaching-learning. Therefore, a bibliographical research was carried out, based on Hannah Arendt's thought, in particular, from the text *The crisis in Education*. In the construction of the text, it was presented in which terms the word “epistemological” is used, to then move on to the discussion of the crisis in education as presented by Arendt; the importance of authority and tradition for the transition to adulthood and participation in the public sphere. Thus, the teacher's epistemological function is to support and link the past to the future, enabling the miracle of the new, without dictating how to act in the world.

Key-words: Newcomers. Crisis in education. Authority. Tradition.

¹ Doutoranda em Filosofia, ética e filosofia política pela Universidade Estadual de Londrina. Docente das Faculdades Integradas do Vale do Ivaí. anactt@gmail.com. <https://lattes.cnpq.br/5690765953114045>.

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. **A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum** (ARENDDT, 2013b, p. 247, grifos nossos).

Introdução

O presente texto é resultado de um exercício reflexivo que, seguindo as ideias arendtianas, se destina a adquirir experiência com o pensar — não o que pensar —, o pensar enquanto atividade não prescritiva ou dogmática, mas dialógica em busca da reflexão. Desse modo, o texto se propõe a desenvolver a noção do papel epistemológico do professor no ensino-aprendizagem a partir da compreensão arendtiana, em especial, sobre a crise na educação, autoridade e tradição.

Para tanto é importante justificar o tema que se propõe a responder à pergunta: qual o papel epistemológico do professor no ensino-aprendizagem? Por que se preocupar com o papel do professor no ensino-aprendizagem a partir das bases da ética e filosofia política de Arendt?

Os processos reflexivos-filosóficos, especialmente sob uma leitura arendtiana, não podem ser à margem dos fatos que são enfrentados na atualidade ocasionados pela pandemia do COVID-19, que, no Brasil, iniciou-se no primeiro semestre de 2020 e perdura até o momento em que este texto é escrito. Foram esses acontecimentos que criaram dilemas no que diz respeito ao ensino-aprendizagem — modalidade remota, ausência das relações intersubjetivas, aulas gravadas, ausência do olho no olho — e, de alguma forma, acentuaram a preocupação com o papel do professor. Talvez, em última instância, a preocupação é com o significado do professor dentro de uma sala de aula. Por que o ensino-aprendizagem não poderia ser feito por uma máquina ou intermediado por um equipamento tecnológico? Talvez, a resposta já tenha sido dada por Arendt (2013b, p. 331):

Os cérebros eletrônicos compartilham com todas as demais máquinas a capacidade de fazer o trabalho do homem melhor e mais rapidamente que o homem. O fato de suplantarem ou ampliarem a capacidade cerebral humana em vez da força de trabalho não provoca nenhuma perplexidade àqueles que

sabem distinguir o “intelecto” necessário para jogar bem damas ou xadrez da mente humana.

É importante também destacar que o texto base é *A crise da educação* e está em um compilado de trabalhos no qual Arendt traz discussões sobre conceitos-chaves para a compreensão do pensamento dela. Então, o compilado *Entre o passado e o futuro* traz as inquietações filosófico-políticas no qual Arendt vai discutindo e respondendo a indagações sobre conceitos que já não podem ser mais lidos ou compreendidos sob a estrita tradição. Por quê? Porque a lacuna que está entre o passado e o futuro, portanto, o presente — o mundo contemporâneo —, está em crise enquanto um desamparo teórico para responder às indagações, às inquietações.

Diante da ausência de um “corrimão” para a reflexão, já que é comum a busca por balizas para o pensar e o refletir, é possível que ocorra a aceitação de qualquer premissa, especialmente, se ela for lógica. Assim, o passado, aquilo que não é mais, e o futuro, aquilo que ainda não é, têm entre eles o agora, o presente. O presente é o lugar da ação e o que liga o passado ao futuro é a tradição que, sob uma perspectiva arendtiana, é compreendida a partir da civilização romana, segundo as ideias de fundação e autoridade.

O conhecimento dessa tradição, mesmo que ela não possa mais auxiliar na elaboração de questões e muito menos das respostas às perplexidades, é necessário conhecê-la, identificar as lições — boas ou más — advindas dessa tradição. Sem a tradição, que possui o caráter ambivalente de ligação do passado ao futuro e de regra imposta, temos uma ruptura. A tradição, de alguma forma, auxilia na inserção dos novos em um mundo precedente e auxilia a ter uma postura crítica-reflexiva quanto ao presente e, especialmente, quanto ao futuro, porque a tradição nos foi deixada sem testamento.

Aqui, portanto, começa a se delinear por que a questão da educação deve ser tratada como algo imprescindível para a vida política e por que um texto que reflete sobre a educação está entre os escritos destinados à compreensão das questões políticas em Arendt. Por isso, Arendt, que não era pedagoga, não era uma estudiosa das questões do ensino-aprendizagem, reflete sobre a educação e, por esse motivo, a indagação: qual é o papel desse professor sob o viés epistemológico, por que ele se justifica naquela função?

Sobre o termo epistemologia: seres humanos que são do e estão no mundo

No texto *A crise na educação*, Arendt (p. 2013b, p. 223) afirma que “[...] a essência da educação é a natalidade, o fato de que seres nascem para o mundo”. Para a filósofa, a

natalidade é uma das condições da existência do ser humano, como são a vida, a mundanidade, a pluralidade, mortalidade, a terra entre outros, de modo que essas condições são aquelas que, para a autora, relacionam-se com as atividades fundamentais para o seu pensamento: trabalho, obra e ação.

Esse modo de compreensão de Arendt está associado à influência da fenomenologia, em que o ser humano que sustenta o ser é pensado em direção à sua humanidade; seres que estão no mundo — ser-no-mundo —, seres existentes no sentido de sua essência, mas que estão juntos, não lançados no mundo independentemente da humanidade. Cumpre destacar que, para Arendt, em um posicionamento crítico a Heidegger, o conceito de ser humano precisa abarcar a noção de que esse ser “habita o mundo com seus pares” (ARENDR, 1993, p. 32). O mundo é estabelecido diante da pluralidade, onde os indivíduos firmam a teia de suas relações de reciprocidade; caso contrário, será sempre um conceito de ser humano atomizado, isolado.

Aqui cabe uma breve digressão sobre o que seria o termo epistemológico que é utilizado no texto. Arendt não tem especificamente uma discussão sobre o conceito epistemologia, não se dedica a construir uma teoria do conhecimento. Entretanto, é possível se depreender, a partir das obras arendtianas, como se dá esse processo do pensar, do refletir e, segundo Heuer (2010, p. 536), a crítica arendtiana ao processo político moderno, que inclui a crítica do pensamento em geral:

[...] ao mesmo tempo, a crítica da ação política na forma liberal, socialista ou marxista, teria de incluir uma pesquisa das atividades dos homens em geral. Por isso as perguntas fundamentais de Arendt eram: o que fazemos quando pensamos, e o que fazemos quando agimos — perguntas que procurou responder nos livros *A condição humana* e *A vida do espírito*.

O pensar, para Arendt, é uma atividade da vida do espírito, que se dá segundo o diálogo silencioso comigo mesmo — retomando Platão — em um movimento incessante. Assim, o pensar transcende o mundo da aparência, mas retira desse mundo o seu material. Por isso uma ideia de fenomenologia. É feito, portanto, uma análise descritiva de “[...] como as coisas ou eventos aparecem na experiência vivida” (BORREN, 2010, p. 18, tradução nossa)². Há um exercício de entendimento e de interpretação dos fenômenos conforme eles aparecem para aqueles que os vivenciam. Segundo Borren, esse processo de entendimento e

² Phenomenology concerns the descriptive analysis of phenomena, that is, the way things and events appear to us in lived experience. Hence phenomenologists appeal to ‘saving the appearances’, the things as they appear to us.

interpretação se dá por um expectador engajado, aquele que se recolhe para refletir, mas volta para agir, segundo os seus juízos. Borren denomina a construção do pensamento arendtiano de fenomenologia hermenêutica, dizendo o seguinte:

Os fenomenólogos hermenêuticos usam a noção de mundo como o contexto significativo dentro do qual a existência humana se envolve. Para Arendt, o mundo se refere ao mundo tipicamente humano, distinto, por exemplo, da natureza, a totalidade das coisas naturais. A noção de mundo também informa a perspectiva fenomenológica da "natureza" humana. Os seres humanos, de acordo com os fenomenólogos, são criaturas mundanas, ou seja, seres situados (BORREN, 2010, p. 19, tradução nossa).³

Por isso, a preocupação de Arendt por quem nós somos, quais as nossas histórias. A reflexão é pensada a partir de um ser humano que está no mundo com outros seres humanos e compreender que se está no mundo com outros traz uma noção de responsabilidade e pertença. Arendt, sobre a importância do mundo para a elaboração do pensar e do refletir, vai dizer:

As categorias e ideias da razão humana originam-se em última instância na experiência sensorial humana, e todos os termos que descrevem nossas capacidades mentais, bem como boa parte de nossa linguagem conceitual, derivam do mundo dos sentidos e são utilizados metaforicamente. Além disso, o cérebro humano que, segundo se acredita, efetua nosso pensar, é tão terrestre e ligado ao nosso planeta como qualquer outra parte do corpo humano (ARENDR, 2013b, p. 333).

Quando o ser humano se afasta do mundo, há a condução para o desaparecimento do próprio ser humano, há uma diminuição da sua estatura humana, há a perda da sua dignidade, do respeito por si mesmo.

Por isso, Arendt volta as suas atenções aos fenômenos e às experiências decorrentes desses fenômenos. Talvez por isso, no texto *A crise na educação*, a filósofa discutirá o que entende ser uma crise periódica na educação na América (EUA), que se torna um problema político de primeira grandeza: há um sério perigo diante do declínio dos padrões de educação, que está diretamente relacionada com as questões principais do século XX (II GM e o que adveio dela). Para Arendt, a crise do sistema educacional é sintomática de uma crise mais

³ Hermeneutic phenomenologists use the notion of world as the meaningful context within which human existence unfolds. For Arendt, the world refers to the typically human world, as distinguished, for example, from nature, the totality of natural things. The notion of world also informs the phenomenological perspective on human 'nature'. Human beings, according to phenomenologists, are worldly creatures, that is, situated beings.

ampla na qual o *animal laborans* toma projeção sobre todas as demais atividades da existência humana — a obra e, especialmente, a ação —, tornando-se também uma crise da autoridade e da tradição.

Os novos diante da tradição e da autoridade: o professor que liga o passado ao futuro

A natalidade, como as demais condições, não explica quem os seres humanos são, já que os seres humanos não são condicionados em absoluto por nada; entretanto, ela está relacionada aos novos começos, às novas possibilidades da ação “[...] Por constituírem um *initium*, por serem recém-chegados e iniciadores em virtude do fato de terem nascidos, os homens tomam iniciativas, são impelidos a agir” (ARENDDT, 2013a, p. 221).

Os recém-chegados pelo nascimento receberão uma maior atenção, de forma que estejam prontos e possam ingressar no mundo dos adultos. Aqui, a educação passa a ser fator decisivo e o texto *A crise na educação* traz reflexões sobre esse alto elemento de inserção dos novos no mundo já pré-existente. Segundo Arendt, a partir de Rousseau, a educação se torna um instrumento da política:

O papel desempenhado pela educação em todas as utopias políticas, a partir dos tempos antigos, mostra o quanto parece natural iniciar um novo mundo com aqueles que são por nascimento e por natureza novos. No que toca à política, isso implica obviamente um grave equívoco: ao invés de juntar-se aos seus iguais, assumindo o esforço da persuasão e correndo o risco do fracasso, há a intervenção ditatorial, baseada na absoluta superioridade do adulto, e a tentativa de produzir o novo como um *fait accompli*, isso é, como se o novo já existisse. Por esse motivo, na Europa, a crença de que se deve começar das crianças se se quer produzir novas condições permaneceu sendo principalmente o monopólio dos movimentos revolucionários de feição tirânico que, ao chegarem ao poder, subtraem as crianças de seus pais e simplesmente as doutrinam (ARENDDT, 2013b, p. 225).

Por esse motivo, então, a pergunta que percorre essas linhas: qual o papel epistemológico do professor no processo de ensino-aprendizagem? Apesar de Arendt se referir mais claramente às crianças, a pergunta ora proposta a partir das ideias arendtianas talvez possa abarcar os processos formais de educação e ensino, especialmente, em razão da postura de dominação disseminada no processo de ensino-aprendizagem de que aquele que é detentor do saber não pode ser questionado, não pode responder a perguntas, especialmente, aquelas que colocam o docente em situação de vulnerabilidade diante do alunado; ele apenas deve ser ouvido e ditar o caminho a ser seguido, inclusive, dizer sobre o novo caminho a ser

caminhado que, em verdade, é tão velho quanto ao que já existe em relação aos recém-chegados.

Não se desconhece que, desde Platão, o domínio político é permeado pela ideia de que há os que comandam e há os que obedecem — em uma patente relação de dominação e jugo. A educação, então, apenas espelhará a noção que se busca imprimir naqueles que ingressarão no mundo dos adultos. Aqui se compartilhar da crítica arendtiana:

A educação não pode desempenhar papel nenhum na política, pois na política lidamos com aqueles que já estão educados. Quem quer que queira educar adultos na realidade pretende agir como guardião e impedi-los de atividade política. Como não se pode educar adultos, a palavra “educação” soa mal em política; **o que há é um simulacro de educação, enquanto objetivo real é a coerção sem o uso da força** (ARENDDT, 2013b, p. 225, grifos nossos).

Esse processo de ensino-aprendizagem usurpa dos novos o papel futuro no corpo político, pois o que o mundo dos adultos os propõe sempre será mais velho que os recém-chegados; ao prepará-los nesses moldes para um “novo mundo”, arranca-se dos novos a oportunidade face ao novo. A educação é uma das atividades mais elementares e necessárias no processo de manutenção e construção do mundo comum, renovando-se pela noção da natalidade, dos novos que chegam ao mundo — e precisam ter garantido a possibilidade de vir a ser—, um mundo que não é mais e a todo o momento pode vir a ser. A educação e o ensino lidam com exigências sempre novas de um mundo em transformação.

Para Arendt, a crise da educação está relacionada a uma noção equivocada de que haveria uma igualdade entre todos aqueles que estão envolvidos no sistema de ensino-aprendizagem, espelhando um sistema político de democracia igualitária:

Assim, o que torna a crise educacional na América [EUA] tão particularmente aguda é o temperamento político do país, que espontaneamente peleja para igualar ou apagar tanto possível as diferenças entre jovens e velhos, entre dotados e pouco dotados, entre crianças e adultos e, particularmente, entre alunos e professores. É obvio que um nivelamento desse tipo só pode ser efetivamente consumado às custas da autoridade do mestre ou às expensas daquele que é mais dotado, entre os estudantes (ARENDDT, 2013b, p. 229).

Entretanto, para a autora, esse elemento não seria suficiente para explicar a crise. Por isso, ela apresentará outros três pressupostos para o colapso, a saber:

a) um mundo da criança e uma sociedade de crianças no qual essas crianças governam. O problema aqui é relegar às crianças a autoridade do próprio grupo, tornando o adulto impotente e sem contato individual com a criança. Resta a tirania do grupo, que sempre será mais forte que o indivíduo isolado, “[...] ao emancipar-se da autoridade dos adultos, a criança não foi libertada, e sim sujeita a uma autoridade muito mais terrível e verdadeiramente tirânica, que é a tirania da maioria” (ARENDDT, 2013b, p. 230), uma maioria contra a qual não se pode rebelar em razão da superioridade numérica; por serem crianças, não podem argumentar e também não podem recorrer ao mundo dos adultos, há um mundo autônomo das crianças;

b) pedagogia enquanto ciência do ensino geral, dissociada da matéria a ser efetivamente ensinada. Dirá Arendt sobre o pragmatismo pedagógico: “Um professor, pensava-se, é um homem que pode simplesmente ensinar qualquer coisa; sua formação é no ensino, e não no domínio de qualquer assunto particular” (ARENDDT, 2013b, p. 231). A consequência, para Arendt, foi a negligência da formação do professor em matérias próprias, relegando os estudantes aos seus próprios recursos e fazendo com que se perdesse uma das fontes de legitimidade da autoridade do professor: aquele que sabe mais e pode fazer mais que nós mesmos. “Dessa forma, o professor não-autoritário, que gostaria de se abster de todos os métodos de compulsão por ser capaz de confiar apenas em sua própria autoridade, não pode mais existir” (ARENDDT, 2013b, p. 231);

c) substituição do aprendizado pelo fazer em atendimento ao pragmatismo — só se conhece e compreende aquilo que se faz. As consequências desse pressuposto estão diretamente relacionadas ao processo de formação do professor, que deverá demonstrar a todo o momento como o saber é produzido e não oferecer aos alunos um “conhecimento petrificado”, ser capaz, na sua atividade docente, de inculcar uma habilidade e, por conseguinte, transformar as instituições de ensino em locais de formação vocacional que ensinam uma prática. Arendt observa que esses locais de formação vocacional tiveram o seu êxito tanto em ensinar a dirigir um automóvel quanto a utilizar uma máquina de escrever e ensinar a arte de viver de modo a ter êxito nas habilidades intersociais — e não nos pré-requisitos para um currículo.

Diante desse modelo de educação apresentado por Arendt que pode conduzir à crise, talvez seja possível delinear por que existe tanta resistência ao ensino da filosofia. As perguntas para essa compreensão poderiam ser: qual a técnica que a filosofia ensina? Qual a habilidade sob um aspecto pragmático a filosofia está oferecendo? Qual o resultado

pragmático/concreto da filosofia na vida dos alunos? Para que estudar Sócrates e a ideia da não autocontradição como a tantos outros autores e seus conceitos? A rigor, a manutenção do mundo resultado da obra não depende desses questionamentos; aliás, no mundo no qual alguns comandam porque sabem o que é o melhor para todos e outros devem realizar, cumprindo ordens, o processo reflexivo é dispensável, basta a técnica e a boa execução da técnica.

A filosofia nesse “currículo” pragmático não tem espaço. Talvez, não porque ela possa possibilitar o esclarecimento nos moldes kantiano, mas porque ela não significa algo concreto, uma técnica que sirva para algo; aliás, como ensinar filosofia diante da ideia de que se aprende fazendo? O que se faz na filosofia? Aqui poder-se-ia fazer toda uma digressão sobre o *animal laborans* e o *homo faber*. Parece que a conclusão arendtiana sobre a vitória do *animal laborans* quanto às atividades diz muito para a reflexão do que é o ensino, para que ele serve, como se ensina e quem se ensina.

Para o propósito deste trabalho, a discussão se restringe às ideias de autoridade, tradição e de preparação da criança/adolescente para a condição adulta. Que autoridade é essa exercida pelo professor não autoritário e não negligente com o processo de ensino-aprendizagem que efetivamente possibilita a formação e transição para o mundo adulto, para a esfera pública e para o mundo político? Segundo Arendt, diante do fato de que seres humanos são diferentes de animais não humanos, o ensinar-aprender tem outra função para além de garantir a sobrevivência:

Se a criança não fosse um recém-chegado nesse mundo humano, porém simplesmente uma criatura viva e ainda não concluída, a educação seria apenas uma função da vida e não teria que consistir em nada além da preocupação para com a preservação da vida e do treinamento e na prática do viver que todos os animais assumem em relação a seus filhos (ARENDR, 2013b, p. 235).

A educação assume a responsabilidade tanto pelo desenvolvimento da criança quanto pela continuidade do mundo. A ideia de continuidade é ligada à noção de tradição — tradição seria uma influência formativa, isso segundo a leitura arendtiana da postura dos romanos para com a cultura clássica grega, que funcionaria como “[...] o fio condutor através do passado e a cadeia à qual cada nova geração, intencionalmente ou não, ligava-se em sua compreensão ao mundo e em sua própria experiência” (ARENDR, 2013b, p. 53). A crítica arendtiana à educação moderna distingue claramente que crianças são crianças e não mini adultos; crianças devem ser protegidas da exposição da esfera pública, garantindo-lhes a intimidade e a

segurança. Arendt assevera que a criança é introduzida no mundo pela escola, mas a escola não é o mundo, é “[...] a instituição que interpomos entre o domínio privado do lar e o mundo com o fito de fazer com que seja possível a transição, de alguma forma, da família para o mundo” (ARENDR, 2013b, p. 238). O papel do professor será o de representante do mundo pré-existente.

O intuito da filósofa é deixar evidente que os adultos assumem a responsabilidade pela criança e pelo adolescente, responsabilidade de introduzi-los ao mundo com o qual eles não têm familiaridade e fazer com que o jovem se torne responsável pela manutenção do mundo comum. Dirá Arendt: “Na educação, essa responsabilidade pelo mundo assume a forma de autoridade” (ARENDR, 2013b, p. 239) e essa autoridade é assentada “[...] na responsabilidade que ele [professor] assume por este mundo” (ARENDR, 2013b, p. 239) e não, exatamente, na qualificação e capacidade de conhecer e explicar o mundo, instruindo os novos.

Arendt assevera categoricamente que a função do professor é o de apresentar o mundo: “Isso é o nosso mundo” (ARENDR, 2013b, p. 239) e não instruir na arte de viver (ARENDR, 2013b, p. 246). O professor terá a responsabilidade de apresentar os fatos, os eventos, apresentar o aperfeiçoamento do conhecimento humano, em garantia a uma memória — de continuidade de uma história, o que pode ser chamado de tradição — “Dado que o mundo é velho, sempre mais que elas mesmas, a aprendizagem volta-se inevitavelmente para o passado, não importa o quanto a vida seja transcorrida no presente” (ARENDR, 2013b, p. 246). Entretanto, Arendt afirmará que essa tradição, nos moldes que a conhecemos, após os eventos da II GM, acabou. Mas por isso é importante conhecer a tradição e a história. A noção da autoridade é discutida da seguinte forma pela autora:

[...] há tempos imemoriais nos acostumamos, em nossa tradição de pensamento político, a considerar a autoridade dos pais sobre os filhos e de professores sobre alunos como modelo por cujo intermédio se compreendia a autoridade política. É justamente tal modelo, que pode ser encontrado já em Platão e Aristóteles, que confere tão extraordinária ambiguidade ao conceito de autoridade em política (ARENDR, 2013b, p. 241).

Cumprê destacar que a noção de autoridade entre pais e filhos e professor e alunos, para Arendt, são pré-políticas — possuem a tarefa de ligar o mundo privado ao público. Isso significa dizer que não se está diante de um campo de igualdade dentre aqueles que compõem a relação (ARENDR, 2013b, p. 128), diferentemente do que ocorre entre adultos, pois para a autora não deveria existir, nesse espaço de interrelação, a ideia de superioridade absoluta de uns sobre os outros em respeito a ideia de dignidade humana. Diante dessa “confusão” da autoridade, modelo de

relação entre adultos e crianças/adolescente que vai para a esfera pública, e ausência de autoridade na esfera pública, Arendt asseverará:

Decorre da natureza do problema — isto é, da natureza da atual crise de autoridade e da natureza do nosso pensamento político tradicional — que a perda a autoridade iniciada na esfera política deve terminar na esfera privada; obviamente não é acidental que o lugar em que a autoridade política foi solapada pela primeira vez, isto é, a América, seja onde a crise moderna da educação se faça sentir com maior intensidade (ARENDR, 2013b, p. 241).

Ainda, para a autora, a noção de autoridade exclui o uso de meios externos de coerção: “[...] onde a força é usada a autoridade em si mesmo fracassou” (ARENDR, 2013b, p. 129), o que não afastaria a ideia de obediência; autoridade também exclui o uso da persuasão, que exige igualdade entre as partes e se dá mediante um processo argumentativo. De acordo com Arendt (2013b, p. 129): “Se a autoridade deve ser definida de alguma forma, deve sê-lo, então, tanto em contraposição à coerção pela força como à persuasão através dos argumentos”.

A autoridade se alicerça no passado, em busca da permanência e durabilidade do mundo — os seres humanos estão no hoje, mas precisam pensar o que já passou. A educação tem por função introduzir os novos no mundo pré-existente, para que possam refletir sobre o futuro, o mundo que se pretende cultivar e manter.

Tanto assim que a noção de autoridade apresentada por Arendt é ligada à noção romana. Autoridade é a memória que aumenta a memória do ato da fundação — fundação de um novo organismo político — e, no processo de ensino-aprendizagem, a autoridade do professor está no fato de que ele representa essa ligação dos recém-chegados ao mundo já fundado. Essa autoridade precisa ser reconhecida pelos novos, mas somente o será se os adultos assumirem a posição de apresentar o mundo, sem cercear dos recém-chegados o milagre do novo.

É bastante interessante a noção que Arendt traz sobre a força coercitiva da autoridade, que estaria ligada ao *auspices*, conselhos de presságios, que revelariam não os eventos futuros, mas a aprovação ou desaprovação divina das decisões tomadas pelos seres humanos. Assim, é como se o *auspices*, mais do que poder sobre os seres humanos, aumentasse e confirmassem as ações humanas, mas não os guiarium. Essa é a autoridade que se deveria buscar no processo de ensino-aprendizagem, professores que aumentasse e confirmassem o processo de integração dos novos ao mundo.

Considerações finais

O ato de ensinar e a função epistemológica do professor poderia ser comparado ao ato de testemunhar os eventos, mostrando aos novos o que é o mundo, conscientizando-os da responsabilidade por esse mundo, preparando-os para a tarefa da renovação e manutenção do mundo comum e não os privando dos instrumentos para essa preparação.

O processo de educação, para Arendt, visa à cidadania, de modo a preparar os novos para a vivência no mundo humano comum como um cidadão, de modo que, novamente, Arendt recorre às ideias romanas para falar sobre a *humanitas*:

Esse humanismo é resultado da *cultura animi* de uma atitude que sabe como preservar, admirar e cuidar das coisas do mundo. Ele tem, como tal, a tarefa de servir de árbitro e mediador entre as atividades puramente políticas e puramente fabris, que se opõem uma às outras de uma sem-número de modos. [...] De qualquer maneira, podemos recordar aquilo que os romanos [...] pensavam dever ser uma pessoa culta: alguém que soubesse como escolher sua companhia entre homens, entre coisas e entre pensamentos, tanto no presente como no passado (ARENDRT, 2013, p. 281).

Por isso, a função epistemológica do professor não é o de ditar, mas de amparar, não é o de negligenciar a pretexto de deixar a criança/jovem no seu mundo, responsabilizando os novos pelo processo de transição da vida privada para a vida pública, mas a de prepará-los apresentando o mundo, fornecendo informações sobre o que existiu e existe nesse mundo, não determinando as escolhas a serem feitas. Deve primar por uma criança e por jovens que se tornem cidadãos, que tenham o amor pelo humano, amor pelo mundo que é a sua casa e que sejam livres sob todos os aspectos. O professor deve apresentar os acontecimentos não enquanto uma lei histórica uniforme como inexorável necessidade, mas enquanto elementos que dizem respeito à natureza e à experiência do pensamento, imprescindível à elaboração dos juízos, que sempre tratam de casos específicos – não buscam uma validade universal, mas a atribuição de significado às intercorrências da vida.

A autoridade é, portanto, o elemento que liga o passado ao futuro, sem se apresentar de uma forma autoritária e violenta, mas à qual se reconhece a sua legitimidade de mediadora entre as gerações que visa à formação universalista que proporcione aos recém-chegados em sua vida adulta a realização de juízos alargados e sua responsabilidade pelo mundo. Talvez, aqui caiba, como fecho do texto, a citação da passagem final do texto *Observações*

preliminares acerca da vida da mente, no qual Arendt apresenta o modo com que ela construiria as conferências para discutir sobre o pensar na *New School*, em 1974:

Por último, uma vez que sou muito mais velha do que vocês, li, naturalmente, muitos mais livros, [...] é muito possível que possam aprender aqui alguma coisa, pedaços de conhecimento, talvez, e apanhar alguma informação. Mas isso será incidental e marginal em relação ao que vamos empreender (ARENDDT, 2019, p. 379).

Essa, portanto, é a função epistemológica do professor, que vive no mundo e precisa ser responsável pela transição do recém-chegados ao mundo público, de modo que os novos vivam uma vida cidadã de cuidado com o mundo e com os outros, tendo capacidade reflexiva e de elaboração juízos. Professores, cujo discurso é condizente com atos. O ensinar nesses moldes não é garantia de um mundo melhor, mas o de garantir que o milagre do novo seja efetivado.

Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *Pensar sem corrimão (antologia)*. Lisboa: Relógio D'água, 2019.

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2013a.

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 7. ed., 1. reimp. São Paulo: Perspectiva, 2013b.

ARENDDT, Hannah. *Dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

BORREN, Marieke. *Amor mundi: Hannah Arendt's political phenomenology of world*. 2010. 330 p. Tese (Faculty of Humanities) - Amsterdam Institute for Humanities Research, Universiteit van Amsterdam, Amsterdam.

HEUER, Wolfgang. Corpo e vida: a crítica de Hannah Arendt à modernidade científica. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 533-549, 2010.